



MASCULINIDADES E FAMÍLIAS NEGRAS: ALGUMAS IMERSÕES NECESSÁRIAS

Rute Rodrigues dos Reis

O objetivo desse artigo é apresentar uma série de questões que tem sido elemento de análise na construção da tese de doutoramento sobre masculinidades e as famílias negras na cidade de São Paulo. O universo da pesquisa centra-se em 20 famílias da Grande São Paulo, de diferentes extratos sócioeconômico e de corte geracional materno acima de 40 anos e com filho(s) do sexo masculino adulto.

A aproximação ao universo da pesquisa deriva de alguns inquietações que ao longa da trajetória de formação reapareciam nos debates relativos tanto da questão étnico/racial, bem como na história das mulheres, feminismo e relações de gênero. Desses contextos insurgia o pensamento feminista negro que afirmavam não serem representadas nos debates de cunho feminista, esse por sua vez, era apontado como não representativo, quando impunham um ideário universalista desconsiderando o peso que a questão racial tinha nesse processo de dominação e exclusão das mulheres. A mesma crítica, em direção oposta, se fazia ao pensamento acadêmico negro, a dominação e subordinação da mulher constituía algo menor diante da questão central, o racismo. De onde “nasce” a questão da masculinidade, enquanto elemento de questionamento e análise? Dessas disputas discursivas é a voz da mulher negra que apresenta-se como reveladora do masculino negro, em suas histórias de vida, histórias de famílias, no processo de estruturação da vida familiar, na luta cotidiana pela sobrevivência. São esses fragmentos que vão revelando o homem negro na sociedade brasileira, revelando como a combinação racismo/ desigualdades estruturais / conservadorismo, vão forjando um lugar a esse masculino que destoa de um determinado padrão de masculinidade consolidado nas práticas e representações sociais. Se tais questões aqui apontadas não poderiam ser entendidas apriori como questões teóricas fundamentadas, lançavam questões centrais nas análises de gênero. Quem são esses homens que sua existência se faz ver através da voz feminina, e que movimentam-se ao redor desse feminino? Distante do ideário do chefe provedor, elemento fundante da condição do patriarcalismo e da noção de masculinidade, que outra possibilidade de masculino estará sendo forjado? Serão as mulheres reais fazendo um jogo e consolidando o espaço da sua própria representação? Cabe perguntar a esses homens que representações fazem de si? No caminho de transpor as perguntas que se apresentavam como fortes inquietações, debruçou-se na busca de fundamentos e justificativas para torná-las sólidas teórica e metodologicamente. Apresentaremos



alguns dados históricos que sustentam tal propósito e as possibilidades analíticas das relações de gênero que respaldam o projeto em andamento.

Entorno do debate sobre masculinidade

O homem negro, elemento fundamental do processo produtivo também desempenhava função importante no processo de reprodução humana, que alimentava de mão-de-obra o escravismo. Se sua importância não se comparava ao da mulher negra nesse processo não se pode ignorar tal dado, é no campo da reprodução e da sexualidade que está fundamenta um viés de estereótipos do homem negro, associado a idéia de virilidade, exuberância sexual, apetite sexual incontrolável, perfiz de uma animalidade presente na sua condição. Além de ser perigo constante para a sociedade, derivada de suas lutas constantes contra o sistema, esse também é visto como um perigo para uma determinada ordem sexual da sociedade, sendo que as vítimas mais frágeis desse apetite animalesco eram das mulheres interditas para esses homens, as mulheres brancas. Esse imaginário se consolida e se agarra as relações sociais. Não dispomos de dados e estudos sobre o lugar social ocupado pelos homens negros na história da sociedade brasileira, mas percorremos o caminho dos estudos relativos a família para compor esse trajeto.

No pós abolição a situação pouco se alterou para o conjunto da população negra e em especial para o homem negro. A iconografia do negro no século XIX é uma boa expressão, na cena pública estão as mulheres negras, que para além das tradições reiventadas na diáspora, assume um papel social relevante na manutenção da família, dinâmica que para além da questão económica, torna-se a centralidade das relações e irradiação de poder interno nessas famílias.

Inúmeros trabalhos apresentam dados sobre a família negra no processo de escravidão e pós abolição. Slenes (1997), Florentino (1997), Reis (2007), Papali (2003), Bernardo (1998), na diversidade de objetos analisados apontam para a busca e tentativa de consolidação da família negra. Se a luta dos negros, em especial da mulher negra é consensual entre os autores, não se pode dizer o mesmo no que diz respeito a forma como o sistema escravista vai compreender esse processo e dele fazer uso. Slenes argumenta que a família cativa – nuclear, extensa, intergeracional contribui decisivamente para a criação do que define como uma comunidade escrava, dividida pelas condições e política da escravidão, mas unida em torno de experiências, valores e memórias.

Outro ponto em comum na historiografia diz respeito ao laço estabelecido entre mães e filhos. A partir da lei de 1850 se verificou um maior incentivo aos casamentos e à procriação, ampliação dos cuidados para com as escravas grávidas ou crianças recém-nascidas. Aumento da



tendência de manter os filhos das cativas em suas propriedade para usufruir de mão-de-obra. Isabel Reis nos aponta o fato de que as crianças eram também importadas no tráfico transatlântico, embora em pequeno número e geralmente acompanhadas das mães. Um navio negreiro¹ apreendido após a proibição do tráfico no período de 1839 e 1841 reforça esse dado. Na lista de escravos emancipados a bordo o nome o nome da criança acompanha a indicação do nome da mãe. Para esse dado precisaríamos de mais elementos e observação de mais documentação que garantisse maior solidez para análise, no entanto, não deixa de ser um indício que deve ser considerado. Apontam para a possibilidade de leitura dessa relação mãe e filhos, a partir do lugar da mulher não na sua relação/dimensão de progenitora, mas no elo de consolidação da estrutura familiar nos termos da relação de poder, que parece não compor com os papéis sociais nas relações de gênero tradicionais e apresentadas nas análises. Outro caminho importante reafirmado por tais referências, é a possibilidade de ampliação de pensarmos as marcas da matrifocalidade nas famílias negras na diáspora.

Diversas análises ajudam a compor o conceito de matrifocalidade. Para Gonzalez (1970) a mãe é a figura estável, as outras pessoas do grupo doméstico funcionando ao seu redor, os contatos com os membros das famílias são realizados com parentes matrilineares, a mulher tem o poder de decidir sobre as crianças e a casa; Smith (1971) diz ser característica a relação de proximidade entre mãe, filhas, filhos e filhas das filhas, relação que é baseada em atividades de cuidar das crianças, característica encontrada nas famílias negras do novo mundo, e que para ele na América Latina é uma questão de degradação, ou seja, é resultado de questões de ordem sócioeconômica do sistema. Para Stack (1970) a matrifocalidade denota tipo de laços de parentesco entre seus membros e a relação entre homens e mulheres. Muitas das análises tem associado o conceito de matrifocalidade imediatamente a família. Para Scott (1990), a família está associada ao conceito de matrifocalidade como ponto de partida, mas abre entendimento da relações que à acompanha, assim, define matrifocalidade como uma complexa teia de relações montadas a partir do grupo doméstico, o que não pode ser compreendido e reduzido a idéia de chefia, sendo que um alto índice de casas chefiadas por mulheres pode ser apenas um indício do padrão de matrifocalidade e não sinônimo dessa. Padrões que podem ocorrer em diversas camadas sociais, nas relações estabelecidas pelos membros da casa entre si, bem como entre parentes e amigos fora da casa, ou seja, a grande família, que são fundamentais para sua identificação. Para BERNARDO (2003) a matrifocalidade é uma reinvenção na diáspora, onde na África as mulheres viviam com seus respectivos filhos em casas

¹ Marcas de escravos. Listas de escravos emancipados vindos a bordo de navios negreiros (1839-1940). Texto analítico de Luciano Paposo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, CNPq.



conjugadas à casa do esposo, num sistema poligíno, no Brasil rompeu-se a relação da mulher com o homem, permanecendo a mãe com seu filhos, florescendo a matrifocalidade.

Segundo Scott, em *O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico*, não fica explícito se o homem abandona a mulher ou se a mulher expulsa o homem de casa. Se na relação conjugal há forte expressão de fragilidade, o mesmo não ocorrerá com a relação entre mães e filhos. A masculinidade decorrente de uma postura/vivência social patriarcal do homem provedor que lhe é designado, não se realiza. Transferindo a marginalidade econômica que sofre na rua para dentro de casa, possibilitando o predomínio do papel feminino enquanto teia de relações e estruturas reais e simbólicas. Esse enfraquecimento do papel masculino, que é determinado pelas condições na esfera política, econômica e social, expressa uma permanência na sociedade brasileira, e que é vivido pelo grupo e transitório aos atores individuais (p. 40).

Bernardo (1998) em trabalho que resgata a memória de mulheres e homens, negros e brancos velhos em São Paulo, ao focar nas narrativas dos homens negros afirma que o homem negro alijado da vida econômica-social da cidade tem sua trajetória marcada e influenciou diretamente na constituição das famílias negras, revelando que a masculinidade deve ser compreendida não no singular, e que essa está inserida num conjunto de fatores da estrutura social. Segundo Connell (1995) *La masculinidad no es un objeto, podemos tener conocimiento coherente acerca de los temas surgidos en eso esfuerzos. Si ampliamos nuestro punto de vista, podemos ver la masculinidad, no como un objeto aislado, sino como un aspecto de una estructura mayor* (p. 1).

Refutando concepções estáticas e reificadoras, sublinha-se que a masculinidade é construída através das práticas. A masculinidade, ou melhor, as masculinidades, no plural, constroem-se em relação dupla de dominação, a da masculinidade sobre a feminilidade e a de determinado tipo de masculinidade (hegemônica) sobre os outros. Uma forma dominante, heterossexual, patriarcal, compulsiva, tem ascendente sobre as outras: subordinadas (como é o caso da homossexualidade), cúmplices ou mesmo marginalizadas (como acontece com minorias étnicas ou grupos sócio-economicamente excluídos). Estas configurações de práticas, embora plurais, organizam-se então segundo uma lógica hierárquica que opõe a hegemônica a todas as outras (p. 274-5).

A masculinidade hegemônica² pode ser definida como a configuração de prática genérica que encarna a resposta correntemente aceita ao problema da legitimidade do patriarcado, a que

² Connell utiliza o conceito de hegemonia na sua definição dada por Gramsci. Hegemonia é entendida como um tipo de dominação ideológica, focada nos aspectos culturais da sociedade, chamada de super-estrutura, no qual se cria e reproduz a hegemonia.



garante a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres. Connell enfatiza que a masculinidade hegemônica encarna uma estratégia correntemente aceita. Quando mudam as condições de resistência do patriarcado, corroendo as bases para o domínio de uma masculinidade particular, grupos novos podem questionar as velhas soluções e construir uma nova hegemonia. Então hegemonia é uma relação historicamente móvel, seu fluxo e refluxo constituem elementos importantes.

Ao analisar a construção social do masculino Oliveira (2004) recoloca de forma precisa os limites e impossibilidades de pensar a masculinidade assim como a feminilidade no singular.

Mas o que dizer de negros, pobres. Mulheres, gays e todos os outros “diferentes”? Eles sempre se olham no espelho e vêem suas diferenças, sempre se apercebem daquilo que neles é “disfuncional”. Eles são o outro dos lugares simbólicos dominantes. (...) De fato, os homens sempre foram objeto das pesquisas em ciências sociais. Estudos sobre a classe trabalhadora, as gangues e delinqüentes, os papéis sexuais e a família, sobre a sexualidade e identidade, além de muitos outros, tangenciaram o tema, mas nunca chegaram a colocar o homem, em sua condição de ser masculino, enquanto tópico essencial do debate acadêmico (p.143).

A crescente aceitação do efeito combinado entre gênero, raça e classe, tem chegado a ser comum. Reconhecer múltiplas masculinidades: negro e branco, classe trabalhadora e classe média, arrisca outro tipo de simplificação exagerada. É fácil, neste marco, pensar que há uma masculinidade negra e uma masculinidade de classe trabalhadora. Reconhecer mais de uma masculinidade é só o primeiro passo, tendo que necessariamente examinar as relações entre elas. Verificando por dentro das relações de gênero como o contexto de classe e raça operam.

Almeida (2004) nos ajuda a ampliar essa análise, para ele longe de serem elementos estáticos, as masculinidades (como as feminilidades) são permanentemente reconstruídas tanto por mudanças políticas e econômicas, como pela ação de traços de feminilidade nos ideais de masculinidade, a emergência de um mundo pós-colonial, vieram desafiar a orgânica da dominação: dos homens sobre as mulheres, dos homens brancos sobre os negros e mesmo dos heterossexuais sobre os homossexuais. Geraram-se novas combinatórias, em suma, formas negociais e híbridas de masculinidade que não podem ser simplesmente consideradas subordinadas ou marginais. Num dado contexto histórico, uma masculinidade ocupa uma posição hegemônica, e incorpora elementos diversos e até contraditórios (p. 275).

Connell (1995), Bourdieu (1999), Almeida (2004), Bernardo (1998), em suas análises somam argumentos que sustentam a possibilidade e a necessidade de compreensão dessa(s) outra(s) masculinidade(s). Aproximação desses cotidiano, dessas famílias e suas relações, homens e mulheres negros revelam-se mutuamente, num jogo discursivo em que suas vidas tornam-se expressões da atuação no palco das relações sociais que extrapolam seus cenários. As narrativas



revela o que sente na individualidade mas se vivencia na coletividade. Feminilidade e masculinidade são formas de percepção do mundo que só se fazem no coletivo. Nesse sentido, o que homens negros revelam? Revelam o que é ser homem negro/negro homem.

O desafio para a pesquisa está posto, seja no campo da historiografia ou das ciências sociais os estudos sobre famílias negras são recentes, os que envolve relações de gênero cruzando as relações raciais são inovadores. O desafio desse trabalho é ser mais uma contribuição para o campo das relações de gênero.

Referências:

ALMEIDA, M. V., (2004). *Outros destinos Ensaios de Antropologia e Cidadania*. Lisboa: Campo das Letras.

BERNARDO, T.,(1998) *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo. EDUC: UNESP.

_____ (2003) *Negras, mulheres e mães. Lembranças de Olga de Alaketu*, São Paulo/ Rio de Janeiro: Educ/ Pallas.

BOURDIEU, P., (1999). *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CONNELL, R.,(1995) *La organización social de la masculinidad*, In. *Masculinidad/es: poder e crisis*, Cap. 2, ISIS FLACSO: Ediciones de las Mujeres nº 24, p. 31- 48.

FLORENTINO, M.; Góes, J. R., (1997) *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 – c.1850*.Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.

GONZALEZ, N., (1970) *Toward a definition of matrifocality* in (Whiten Jr. and Szwed, J., eds.) *Afro-American Anthropology*. And Free Press and Collier Macmillan: New York London.

OLIVEIRA, P. P., (2004) *A construção Social da Masculinidade*. Ed. UFMG, IUPERJ.

PAPALI, M. A., (2003) *Escravos, libertos e órfão: a construção da liberdade em Taubaté (1871 – 1895)*. São Paulo: Annablume/FAPESP.

REIS, I. C. F., (2007) *Famílias Negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850 – 1888*. Tese de Doutorado. Unicamp.

SLENES, R., (1999) *Na Senzala Uma Flôr – Esperanças e recordações na Formação da Família Escrava*; Rio de Janeiro: Nova Fronteira.



SMITH, R., (1971) *Culture and Social Structure in the Caribbean*, in Fright, R., ed., *Black Society in the New World*. New York Randon House.

STACK, C. B., (1970) *The Kindred of Viola Jackson: Residence and Family organization of an urban American Black Family*, in Whitten Jr. N. E, and Szwed, J. F. *Afro-American Anthropology*. New York: Macmillan.